

As relações de força constitutivas dos percursos de produção de sentidos: o relato de viagem no século XVI

p. 6 - 12

Zélia Maria Viana Paim¹

Resumo

Os estudos da Análise do Discurso (AD) podem mostrar a constituição mútua entre o linguístico e o histórico. Neste estudo tratou-se das relações de força constitutivas dos percursos de produção de sentidos para a nossa sociedade. Elege-se como objeto de análise o relato de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, Comentários, escrito em 1541, publicado em 1555.

Palavras-chave: Discurso. Sujeito. Sentido.

The constitution of the subject and of the senses: of the cannibal, of the vicious man and of the governor

Abstract

The studies of Discourse Analysis show the mutual constitution between the linguistic and the historical. In this study the relations of constitutive forces of the path of the production of the senses to our society have been treated. As object of analysis, the report of Álvaro Nunez Cebeza de Vaca Comentários, written in 1541, published in 1555 has been elected.

Key words: Discourse. Subject. Senses.

Introdução

Esse artigo propõe algumas reflexões constituídas a partir da Análise de Discurso (AD). A noção dessa teoria que perpassa este estudo é a constituição do sujeito, o outro que nos conta. Para observar a constituição do sujeito consideramos as *modalidades* propostas por Pêcheux ([1975], 1988, p. 213): a *identificação*, a *contra-identificação* e a *desidentificação do sujeito* com a formação discursiva na qual se insere num determinado momento histórico-social. Destas, tomamos a modalidade de identificação, porque a identificação/interpelação do sujeito está ligada

também à constituição dos sentidos no momento histórico por nós considerado, meados do século XVI.

Para entendermos o discurso assim constituído, desse outro em outro tempo, buscamos entender o movimento dos sentidos; os deslizos, as derivas próprias às condições de produção em que estão imersos. Acrescenta-se que, para a teoria discursiva, não há um sentido literal, um centro e suas margens, que são os efeitos de sentido. De acordo com Orlandi (1996, p. 144), “só há margens”. Do ponto de vista do historiador Novaes (1999, p. 7): “[...] toda a margem delimita, ao mesmo tempo inclui e

¹ Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPD/CAPES), PPGL/UFSM/Laboratório Corpus. zeliamp@gmail.com. Este artigo é parte constitutiva de minha tese intitulada o Movimento dos Sentidos: de utopia à conversão, orientada por Amanda Eloina Scherer (UFSM).

exclui, integra e divide, transita entre o diferente e o mesmo”. Nesse sentido, todos os sentidos são possíveis, mas, em certas condições de produção, há a dominância de um deles. Significar, portanto, decorre de condições de produção compreendida segundo Orlandi (1988, p. 85), como “[...] o contexto histórico-social, ideológico, a situação, os interlocutores e o objeto de discurso, de tal forma que aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação aos outros discursos, etc”.

A partir desse posicionamento inicial, em nosso estudo da constituição do sujeito e dos sentidos, elegemos como objeto material de análise o relato de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, *Comentários*, escrito em 1541, publicado em 1555. Apresentamos, então, no que se refere a este estudo, algumas distinções. Primeira, o relato de viagem é o suporte textual a partir do qual se constrói o corpus; ele fornecerá sequências discursivas recortadas em função da questão a ser investigada. Segunda, o recorte, conforme Orlandi (1987, p. 140), “não é um segmento mensurável em sua linearidade”, e sim um pedaço que o analista promove em função de seu trabalho e de seus objetivos. Terceira, procuramos estabelecer, através dos recortes, sequências discursivas para localizar os pontos pertinentes aos processos discursivos em análise. Para este estudo, acreditamos que há tomadas de posições do sujeito que se manifestam discursivamente, produzindo determinados efeitos de sentido e não outros, sempre inscritas em uma determinada formação discursiva, que funciona como dominante em determinadas condições de produção.

A exterioridade constitutiva do discurso

Para dar conta da exterioridade que constitui o discurso, buscamos a situação na qual se inseria

o sujeito do discurso. Nessa perspectiva, voltamos o olhar ao tempo que sucedeu às primeiras viagens exploratórias à Terra de Vera Cruz. O *mito* movia os homens daquele tempo e o *vetor* constituía-se na trilha desses mitos e de tesouros como o *Eldorado*, o *rio de Ouro*, o *rio de Prata*. Estes motivaram descobridores, exploradores, aventureiros a saltos mais além, rumo ao sul do continente. As naus que se sucediam nessa direção seguiam viagem junto a costa da terra, navegando um mar perigoso de águas muito rasas ao longo de uma praia retilínea, plana, arenosa, de vegetação raquítica batida pelos ventos.

Os exploradores se aventuravam, abordando a terra dos charruas na margem de um rio que mais parecia um mar de água doce. Os charruas falavam uma outra língua diferente da falada na costa, mas os primeiros exploradores dessas paragens – os portugueses – quiseram entender que, região adentro, existia um poderoso rei branco cujo reino era rico em ouro e prata. Esse novo mito abastece o imaginário do explorador. Desde então, o rio da Prata estava aberto à conquista.

Para essa, se propôs Pedro de Mendonça, para quem foi outorgado o título de primeiro *adelantado* e capitão geral do rio da Prata, com outros privilégios, em troca do compromisso de povoar as terras para sua Majestade o Rei Carlos V e incorporá-las à cristandade. Sua expedição fundou ao sul do continente a sua base de operações, a feitoria de *Buen Aire* e à medida que subiam o rio em busca de ouro e prata, outras feitorias: *Buena Esperanza*, *Assunción* e *Candelária*. Dessas, somente *Assunción* resistiu aos ataques dos charruas e querandis. Com a morte do *adelantado* e com seu sucessor desaparecido em busca das terras do poderoso rei branco, a região do rio da Prata passa a ser governada por Domingos Martínez de Irala que instituiu o sistema de *encomiendas*; isto é o europeu era o senhor de terras a quem o indígena, enquanto vivesse, prestava tributos em

serviço pessoal. O Conselho das Índias concluiu, no entanto, que Irala permaneceria no cargo até ser nomeado um novo *adelantado*, com deveres e direitos contratados perante a Coroa espanhola.

Assim, como segundo *adelantado*, foi contratado um navegador que acabara de retornar à Espanha após longa aventura entre os índios americanos: dom Álvaro Núñez Cabeza de Vaca que, durante dez anos, percorreu dezoito mil quilômetros de caminhadas desde que naufragara na Flórida. Durante este período, junto com outros três náufragos, ficou conhecido como um dos primeiros europeus a atravessar o território americano e a entrar em contato com importantes tribos como os sioux e os zuni. Cabeza de Vaca relatou essas aventuras em *Naufrágio*. Com sua nomeação, investiu 40 mil ducados de sua fortuna confiante na descoberta do misterioso rei branco, de suas cidades imponentes, templos e tesouros grandiosos. O relato dessa segunda aventura foi publicado, em 1555, com o nome de *Comentários*, o qual se analisa a seguir.

O sujeito do discurso

O ano é 1541, não há consenso entre Portugal e Espanha sobre os limites de suas posses. Para os primeiros, a linha de Tordesilhas passa pelo sul da ilha de Santa Catarina, à altura de Laguna e, para os segundos, a divisa se situa muito mais ao norte, na capitania de São Vicente. Somam-se a esse problema político-administrativo, os itens contratuais de Cabeza de Vaca com a Coroa espanhola. Esses itens determinavam que, se o novo *adelantado* se saísse bem dessa segunda aventura, teria direito a nomear seu sucessor e a posse de toda a colônia do Rio da Prata, com suas duzentas léguas de costa atlântica até o litoral de Santa Catarina. No entanto, se o sucessor do primeiro *adelantado*, reaparecesse, Cabeza de Vaca assumiria o lugar de seu preposto e ganharia, a

título de compensação, o governo e exploração, por doze anos, da ilha de Santa Catarina.

Pero Hernández, o relator, ocupava o lugar social de escrivão da expedição e do governo de Cabeza de Vaca; no entanto, seu relato se inseriu na sociedade e na cultura europeia como sendo de autoria de Cabeza de Vaca. O sujeito do discurso narra em terceira pessoa referindo-se a Cabeza de Vaca através do pronome *ele* ou do nome *governador*. Com relação à autoria dos relatos de viagem, Orlandi (1990, p. 108) observa que “[...] muitas vezes o relatado não era baseado na observação direta dos fatos, mas na obtenção de dados por fontes relatadas e não era escrito por quem ‘assinava’ como autor”. Para a autora, mesmo assim os produtos não perdiam a sua institucionalidade: eram considerados fidedignos e legítimos. Consideramos que a fidelidade e a legitimidade do relato em questão relevam também do fato de Pero Hernández ser escrivão; isto é, oficial que escreve documentos de fé pública. Os relatores “[...] muitas vezes nem conviveram com os índios ou viveram os fatos; contam o que lhes contavam as fontes”, escreve Orlandi (*idem*, 108). Daí a referência a ritos de antropofagia que duravam meses e que iam desde o aprisionamento e a engorda até a matança da vítima possam ter sido descritos através de paráfrases em tantos relatos de viagem, como forma de reiterar sentidos já produzidos. No relato em análise, é assim discursivizado:

Essa nação dos guaranis fala uma linguagem que é conhecida por todas as outras castas da província e come carne humana de todas as outras nações que têm por inimigas. Quando capturam um inimigo na guerra trazem-no para seu povoado e fazem com ele grandes festas e regozijos, dançando e cantando, o que dura até que ele esteja gordo, no ponto de ser abatido (CABEZA DE VACA, [1555], 2003: 144).

Nas primeiras linhas da sequência discursiva acima, a enunciação aproxima duas formas

verbais: fala e come. O complemento de cada uma dessas formas faz parte do conhecimento sobre o Novo Mundo, reitera sentidos já produzidos, mas a aproximação das duas acentua a diferença entre o observador europeu e seu objeto discursivo, os guaranis. Esses são descritos como sujeitos que dominam a língua de comunicação entre as diferentes castas e comem seus inimigos de guerra. A referência à linguagem, ao mesmo tempo em que humaniza o indígena, justifica a aliança que busca o colonizador frente ao leitor europeu.

Os guaranis estavam imersos num mundo em que as forças da natureza exerciam um importante papel. Estes praticavam a antropofagia como culto mágico em que a divisão e distribuição das partes do corpo entre o grupo fortalecia, ao mesmo tempo, presentificava temas como o do sacrifício, da identificação e da comunhão. O ritual conduzido pelo Pajé convocava as forças da natureza para o êxito de suas colheitas e de suas guerras. O europeu ao pensá-lo como ritual que fazia parte da religiosidade dos índios guaranis, tentou por isso mesmo apagá-lo como tal e dar início à circulação de determinados enunciados. Daí a referência ao canibalismo ser uma convenção dos relatos de viagem e constituir momentos peculiarmente potentes para a identificação das relações de contato e para o estabelecimento dos termos da representação do outro.

O sujeito cordial

Na representação do outro, a primeira leitura dos recortes a seguir ressalta a cordialidade, a hospitalidade das numerosas aldeias de guaranis e a fartura de alimentos que o *adelantado* encontra na sua entrada pela terra. O que se constituiu neste relato foi o papel de senhor das terras percorridas e daqueles que ocupavam a terra, mas não eram seus donos:

Chegaram a três povoados de índios, situa

dos muito próximos um do outro, cujos senhores principais se chamavam Añiriri, Cipoyay e Ticanguanzu. Quando esses índios souberam de sua chegada saíram para recebê-los, carregados de muitos mantimentos e muito alegres, demonstrando grande prazer com sua vinda. De sua parte, o governador também os recebeu com grande prazer e amizade e, além de pagar-lhes o preço que valiam, deu aos índios principais muitos presentes, inclusive camisas, o que os deixou muito contentes. Esses índios pertencem a tribo dos guaranis, são lavradores que semeiam o milho e a mandioca duas vezes por ano, criam galinhas e patos da mesma maneira que nós na Espanha, possuem muitos papagaios, ocupam uma grande extensão de terra e falam uma só língua (CABEZA DE VACA, [1555], 2003: 129).

Era impressionante ver o medo que aqueles índios tinham dos cavalos. Para que os cristãos a cavalo não os ameaçassem, eles logo procuravam dar-lhes galinha, mel e outras coisas de comer. [...] os cristãos e os cavalos eram personagens estranhos por aquelas terras (idem, 131).

Ao nomear os sujeitos para atribuir-lhes acontecimentos, tornam-se mais determináveis as referências. Nomear – *Añiriri, Cipoyay, Ticanguanzu* – é determinar o desconhecido familiar, atribuir um acontecimento, determinar-lhe o complemento é estabilizar o sentido que poderia ser outro, é uma forma de evitar a fuga de sentidos. Uma vez estabilizado, o sentido é governado pela reciprocidade, pela idealização das relações entre viajantes e guaranis. Desse modo, os guaranis foram descritos no seu modo de servir e o governador no seu modo de pagar pelos serviços. Os guaranis formavam um todo homogêneo. Como um todo, falava a mesma língua e ocupava a terra, língua que o sujeito do discurso estabiliza na escrita e se apossa ao nomear os principais. Os encontros com os dirigentes locais, que formam os elementos básicos do processo discursivo, são negociações apenas, nas quais o governador procura assegurar sua sobrevivência e salvo-conduto em troca da oferta de bens ou tesouros europeus. Não obstante, além dessas iscas, tinham outro trunfo: “[...] o medo que aqueles índios tinham dos cavalos”. O conhecimento – cristãos a cavalo – não foi descrito pelo europeu como

mudança histórica na forma de vida guarani, mas como ausência e lacuna.

O homem desnaturado

Acristandade estava acostumada ao encontro e ao domínio dos outros; Cabeça de Vaca, por sua vez, era um explorador experiente conhecedor do trato com civilizações desconhecidas. O sujeito do discurso identifica-se na formação discursiva latente, como se pode observar nos recortes a seguir:

[...] à medida que [o governador] avançava, era cada vez maior a acolhida dos índios guaranis, pois corria de boca em boca o bom tratamento que a todos o governador dispensava e as muitas dádivas que a todos concedia. Era comum, portanto, os índios irem à frente abrindo caminho [...]. Quanto mais perto chegava tanto maior era a recepção, com mulheres e crianças se colocando em fila para oferecer vinho de milho, pão, pescado, batata, galinha, mel, veado e muitas outras coisas, que repartiam graciosamente e, depois, em sinal de paz, levavam em mãos para o céu (CABEZA DE VACA, [1555], 2003: 140).

O enorme batalhão de índios que os seguia se estendia por mais de uma légua, garbosamente formado, com todos os índios marchando ordenadamente, exibindo suas plumagens e pinturas, bem como seus arcos e flechas ornamentados. Depois deles no corpo de batalha, seguiam o governador com sua gente a cavalo, e logo a infantaria dos espanhóis, com os arcabuzeiros e balisteiros. Vinham a seguir as mulheres, que carregavam a munição e os mantimentos dos espanhóis, já que os índios levavam seus mantimentos em meio a seu próprio batalhão. (idem, 152-153).

O guarani discursivizado dispõe naturalmente a servir Cabeza de Vaca, descrito fisicamente quando em esquadrão, em fila ou no corpo da batalha sempre numerosos abrindo o caminho na paz ou na guerra com seus arcos e flechas. As mulheres na paz oferecem “vinho de milho, pão, pescado, batata, galinha, mel, veado e muitas outras coisas” e, na guerra, “carregavam a munição e os mantimentos dos espanhóis”. O governador, por sua vez, dispensa a todos bom tratamento, possui sua gente, os espanhóis, esses formam a infantaria, determinados com

arcabuzeiros, balisteiros e a cavalo. Os guaranis são os outros; isto é, gente de ninguém. Os homens guaranis serviam de ponta de lança e as mulheres guaranis, de animais de carga.

Paradoxalmente, os indígenas vão se tornando visíveis; isto é, os referentes ganham visibilidade, ao mesmo tempo vão sendo apagados porque determinados por outro. Assim os sujeitos são constituídos: o guarani como servidor voluntário e Cabeça de Vaca como governador. O governante das terras, em nome da Coroa espanhola, assume seu papel e recebe os guaranis que encontra pelo caminho com amabilidade, distribuindo favores e bloqueando direitos, pagando o preço justo pelos alimentos, comportando-se como um senhor diante de seus vassalos. A operação ideológica legitimadora do direito natural do senhor sobre seus servos, parte da idéia de que Deus, como legislador supremo, ordena hierarquicamente os seres segundo sua perfeição e grau de poder, e determina as obrigações de mando e de obediência entre esses graus, em que o superior comanda e subordina o inferior, o qual naturalmente lhe deve obediência.

A lei natural

Os indígenas eram incapacitados para se reger por si mesmos, para exercer a soberania e administrar seus domínios. Por este motivo, deveriam ser submetidos por outros povos de um nível cultural superior, as nações polidas do mundo. Era justo, normal e de acordo com a lei natural que todos os homens probos, inteligentes, virtuosos e humanos dominassem todos os que não possuíssem essas virtudes. Sepúlveda ([1549], 1996) argumentava com base na lei natural que:

Assim são as nações bárbaras e desumanas, estranhas à vida civil e aos costumes pacíficos. E sempre será justo e de acordo com o direito natural que essas pessoas sejam submetidas ao império de príncipes e de nações mais cultivadas e humanas, de modo que graças à virtude dos últimos e à prudência

de suas leis, eles abandonam a barbárie e se adaptam a uma vida mais humana e ao culto da virtude. E se recusam o império, é permitido impô-lo por meio de armas e tal guerra será justa, assim como o declara o direito natural. (SEPÚLVEDA, [1549], 1996: 23)

Mais tarde, em 1550, Juan Ginés Sepúlveda em debate com Bartolomé de Las Casas defende a tese da servidão voluntária, segundo a qual a liberdade é uma “facultas da vontade humana”, isto é, um poder escolher, um poder agir, um poder fazer ou não fazer, sendo uma faculdade, é alienável, isto é, intransferível voluntariamente para um outro, de sorte que a servidão, sendo voluntária, não é injusta, ilegal ou ilegítima. Dois anos antes, o jovem La Boétie ([1548], 1997, p. 27) definia servidão voluntária como um vício monstruoso que a natureza nega ter criado e a língua recusa por nome. Vício das sociedades divididas que consiste em um número infinito de pessoas não só a obedecer mas a servir e ainda por cima querer fazê-lo. Nas palavras de La Boétie ([1548], 1997):

[...] se acaso nascessem gente completamente novas, que não estivessem acostumadas à sujeição nem soubessem o que é a liberdade, que tudo ignorassem sobre uma e outra coisa, incluindo os nomes, e lhes fosse dado a escolher entre o serem sujeitas ou viverem livres, qual seria a escolha delas? Uma coisa é certa, porém: os homens, enquanto neles houver algo de humano, só se deixam subjugar se foram forçados ou enganados (LA BOÉTIE, [1548], 1997: 30-31).

Nesse sentido, “[...] não importa discutir se a liberdade é natural, provado como está ser a escravidão uma ofensa para quem sofre”, escreve La Boétie (idem, 27). Para Clastres (1997, p. 64-65) esse autor “[...] transcende toda a história conhecida para dizer: outra coisa é possível”. O que ele descobre resvalando assim para fora da história, é isto de ser histórica a sociedade onde o povo sente o desejo de servir; de ter data de nascimento e de algo, seguramente ter ocorrido para, partindo da liberdade, os homens caírem na servidão. Nessa queda da sociedade na submissão voluntária de quase todos a um só, reside o sinal

de uma perda humilhante porventura irreversível: o homem novo, produto do infortúnio, este ser, difícil de nomear, é o homem desnaturado.

Para Clastres (1997, p. 69), os selvagens de antes da civilização, os povos de antes da escrita, as sociedades de antes da história: “[...] são seguramente as chamadas sociedades primitivas, primordiais por se desenvolverem na ignorância da divisão, primeiras por existirem antes do fatal infortúnio”. Entendemos que existe uma relação entre o corpo sem discurso, desnudo e a força de trabalho desenraizada, despojada e disponível, que os colonializadores europeus tão desumanamente e incansavelmente lutaram para criar em suas bases no exterior. O estado de natureza primal emerge como um estado relacionado à perspectiva de intervenção transformadora por parte da Europa: um vasto projeto de colonização e escravização. No entanto, a palavra que idealiza as relações entre os guaranis e Cabeça de Vaca e sua gente é hospitalidade.

Palavras finais

Entendemos que o sujeito e o sentido se constituem mutuamente no discurso e essa constituição pressupõe uma tomada de posição por parte do sujeito em relação a formação discursiva dominante. As sequências discursivas recortadas no relato de Pero Hernades dão a conhecer o discurso do governador – Cabeza de Vaca –, ao atribuir ao outro o trato com o guarani, ao usar o pronome ele e o nome governador. O sujeito do discurso constitui representações de tomadas de posição do sujeito governador, posições que o constituem identificado à formação discursiva mercantilista-capitalista. A partir da constituição do outro como servidor voluntário foi constituído o sujeito governador-justo, fundando o discurso que idealiza a relação governador e governado pautado pela hospitalidade guarani. O sujeito

governador identificando à formação discursiva que estava latente ao constituir o guarani como servidor voluntário funda sentidos sobre o outro, dá início à ritualização e à circulação de determinados enunciados, evitando assim a fuga de sentidos.

O sujeito do discurso constituiu o guarani como canibal, ocupante de uma grande extensão de terra e falante de uma mesma língua, como um sujeito coletivo, uma massa homogênea servidora. Esse discurso funda os efeitos de sentido do guarani no projeto colonial como ponta de lança e como mão de obra da colonização espanhola. Redundância, descontinuidade e irrealidade, são algumas das principais coordenadas para constituir o outro com neutralidade e cega repetição. Institucionalização do discurso sobre um mundo sem fé, sem lei, sem rei, sem propriedade privada. Nessa perspectiva, o procedimento discursivo do outro que nos conta é a constituição do imaginário necessário para a formação de um país; para concretizá-lo como um projeto, constitui-lo, na sua especificidade, como objeto simbólico. Sentidos podem ser fundados lá onde outros estão instalados, atualiza-se a propriedade que reside na invenção de uma nova tradição, resignifica-se o que veio antes e institui uma memória outra.

O outro que nos conta lança seu olhar a novos lugares, a terras novamente e novamente descobertas, que os levam a descobrir e a controlar a diferença. O que importa aqui está na extensão e na intensidade das novas experiências, de um sentido que se move paralelo a tudo que se oferece de verdadeiramente novo: novos mitos, novo homem, novas promessas de riquezas. A ambiguidade dos caminhos e o verossímil dos discursos unem-se ao silenciamento da alteridade.

Referências

CABEZA DE VACA, Álvaro Núñez. Comentários. In NOVAES, A. org. **Naufrações e Comentários**.

Porto Alegre: LP&M, 2003.

CLASTRES, Pierre. Liberdade, Infortúnio, Inominável. In **Discurso sobre a servidão voluntária**. Trad. e Pref. Manuel João Gomes. Lisboa: Antígona, 1997.

LA BOÉTIE, Étienne [1548]. **Discurso sobre a servidão voluntária**. Trad. e Pref. Manuel João Gomes. Lisboa: Antígona, 1997.

NOVAES Adauto. A Outra Margem do Ocidente. In **A Outra Margem do Ocidente**. Org. Adauto Novaes. São Paulo. Companhia das Letras, 1999, p. 7-14.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Pontes, 1987.

_____. **Discurso e Leitura**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. **Terra à vista**: Discurso do confronto, velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1990.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1996.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos Sentidos**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à formação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi e outros. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

SEPÚLVEDA, Juan Ginés de [1549?]. Resposta ao Brevíssimo Relatório. In **O Paraíso Destruido**. 6. ed. Porto Alegre: L&PM, 1996.

_____. **Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los índios**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

Artigo enviado em: 22/05/2012

Aceito em: 10/06/2012